

Didáticas, metodologias e experiências no Ensino de Filosofia

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas, ao menos no âmbito educacional, por discussões e disputas políticas advindas do modelo de desenvolvimento e das reformas em decorrência da retirada das disciplinas humanísticas do currículo secundário.

Diante do projeto de desenvolvimento imposto após o golpe militar de 1964 no país, as ações pedagógicas foram adequadas a um modelo de educação que teve por princípio a profissionalização da formação secundária, com vistas à rápida inserção dos alunos que a concluíam no mercado de trabalho. Assim, a readequação dos currículos tornou-se condição *sine qua non* para a implantação do modelo que teve na base, uma articulação das elites brasileiras e a assessoria da Agência de Desenvolvimento Americana – USAID.

Decorrente de políticas mais austeras, sobretudo no âmbito da restrição dos direitos e das liberdades, esta situação foi aos poucos sendo agravada e, a retirada do ensino de Filosofia do currículo, aos poucos despertou na comunidade acadêmica resistências às políticas e ações autoritárias, possibilitando a organização em torno da realização de alguns eventos, inicialmente em espaços fora da universidade, em favor do retorno da filosofia às escolas.

Isto culminou na organização e fundação de movimentos pela reintrodução da Filosofia, tendo sido a Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas – SEAF o mais expressivo deles, cuja sede principal foi na Cidade do Rio de Janeiro. Mas havia também movimentos em diversas cidades da Federação como São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte, e aos poucos foi se avolumando em outras cidades.

Esta mobilização, porém, não foi suficiente para reverter a situação da disciplina, embora após a anistia política acordada entre as lideranças políticas e religiosas, tanto militares quanto civis, tenha produzido uma abertura na legislação, possibilitando que sua presença se tornasse facultativa nos currículos.

Como resultado destes movimentos, alguns Governos Estaduais permitiram que a disciplina fosse reintroduzida, porém não obrigatoriamente. Isto, na realidade auxiliou que a comunidade acadêmica continuasse mobilizada e participasse cada vez mais dos debates no

país que após a abertura política foram sendo intensificados em diversos níveis da sociedade.

Já no período considerado “democrático”, ocorreram amplas mobilizações da sociedade civil pela elaboração de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Reuniões, congressos e trabalhos em comissões nos âmbitos de Governo e da Sociedade Civil foram sendo realizadas com vistas a atender as diversas demandas da educação. Projetos com origens distintas e emendas desencontradas foram configurando o documento como uma colcha de retalhos, tamanha a dificuldade de um acordo em torno de temas essenciais, desde a educação infantil, a média e a superior.

Além disto, a tramitação do projeto principal nas casas legislativas dava conotação dos distintos interesses que estavam em jogo, principalmente àqueles que dizem respeito ao financiamento da educação. O relato do Projeto de Lei no Senado da República ficou a cargo do então antropólogo e Senador Darci Ribeiro. Acreditava-se na tranquila inserção da Filosofia no texto da lei. Porém, o movimento pelo seu retorno foi surpreendido pela nova versão do texto, sem a presença da Filosofia.

Resultante das insatisfações com os resultados da LDB, novamente a mobilização no âmbito da sociedade civil, em particular os professores ligados à luta pelo seu retorno às escolas, não silenciaram e outras iniciativas foram sendo articuladas em diversos órgãos governamentais, e desta no ano de 2008, finalmente a Filosofia e a Sociologia foram tornadas obrigatórias, tendo os sistemas públicos e privados até o ano de 2012 para cumprirem esta condição. Contudo, a lei da obrigatoriedade não garante que esta de fato esteja presente nos currículos escolares. É necessário um movimento de vigilância sobre esta obrigatoriedade.

Para além do movimento pela reintrodução da filosofia no ensino médio, fase aparentemente superada, novos desafios tem sido postos, dentre eles, a preocupação com a formação de professores, com os textos/livros didáticos para o ensino, com os conteúdos a serem ensinados, as metodologias e as didáticas de ensino, além é claro, da avaliação da aprendizagem e das condições como livros nas bibliotecas e a própria carreira profissional.

Porém, diante da realidade concreta de sua presença nos currículos, fato que merece crédito das associações de professores, sociedades de ensino e pesquisa em Filosofia e programas de Pós-Graduação, outro desafio se coloca neste momento, o de repensar a formação, as condições de trabalho dos professores, as condições e materiais para estudos e pesquisas disponíveis, tanto àqueles das escolas públicas quanto privadas, e aquilo que costumamos chamar de núcleo duro: os conteúdos a serem ensinados, as metodologias e avaliação da aprendizagem.

E neste sentido, com a intenção de refletirmos sobre sua situação atual e as produções

em torno da Filosofia nos currículos, é que reuni neste dossiê textos para conhecermos as diferentes experiências desta discussão, tanto na América do Sul quanto na Europa, e assim pensarmos com base em seus olhares, os modos e as dinâmicas de como este debate vem sendo realizado em cada país. É evidente que estes olhares mostram uma parcela da realidade, uma vez que cada nação tem compreendido e se envolvido de forma diferente sobre o ensino da filosofia. No Brasil, particularmente, algumas iniciativas de pesquisas tem indicado certos aspectos do ensino de Filosofia, mas ainda tem reinado o silêncio em relação às metodologias, uma vez que o foco dos últimos anos, ao menos em nível político, tem sido o de garantir a presença da disciplina, e como sabemos, algo não muito fácil, tomando em conta que isto remete a disputas por espaços nos currículos e que nenhuma disciplina pretende ter seu campo reduzido. Isto, aliás, impacta, do ponto de vista do mercado de trabalho, na expansão para os graduados em Filosofia e Sociologia ou redução para outras disciplinas. Mas como a legislação não define a carga horária, haverá certa liberdade na composição curricular.

Percebemos que esta discussão leva em conta alguns aspectos que em geral tem determinantes ideológicos e econômicos. Nas últimas décadas, o campo educacional tem se constituído num profícuo lugar de interesses das empresas e instituições privadas, sobretudo com a venda de equipamentos e materiais didáticos para os sistemas de ensino público, nas redes de ensino municipais, estaduais e federal. Vemos que embora isto em parte nos favoreça e acreditamos que também à formação de alunos do ensino médio que passam a ter acesso a alguns materiais didáticos, cujos critérios acredita-se sejam discutidos e aprovados por comissões de professores e pesquisadores vinculados às universidades nacionais, não menos importantes são as leis que determinam a inserção de disciplinas nos currículos, uma vez que caracterizam um interesse, um predomínio dos licenciados para ocuparem as vagas de professor. Ou seja, o campo também vai se constituindo, enquanto definição da titulação como obrigatória, para os futuros professores e impulsionando maior rigor para quem de fato se propõe a dedicar-se à atividade docente.

Como nossa realidade brasileira é demasiadamente conhecida, mas, nem por isto, abdicamos de contemplar nosso país neste dossiê. Ampliamos nossos olhares sobre as experiências de outros países, dentre eles, Argentina, Uruguai, Portugal e Itália. Acreditamos que assim, a partir desta publicação será possível estabelecermos elementos para conhecer novas realidades e novas experiências, sem colocarmos em evidência como elemento central a análise comparativa. Aliás, não é nossa intenção comparar, até porque, para aspectos específicos da análise comparativa, exigiria muitos pressupostos, sem os quais incorreríamos em riscos analíticos. Contudo, as reflexões aqui expostas, nos levarão a uma situação de

compreensão deste debate em nível internacional.

Por isto, gostaria de apresentar cada um dos textos que compõe este dossiê. O primeiro deles, intitulado **“Ensinar e investigar”**, escrito por Maria Luísa Ribeiro Ferreira, professora e pesquisadora da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, estrutura-se em quatro tópicos: Ensino e/ou investigação - a pertinência de um dilema; O testemunho de um filósofo - Espinosa e a rejeição do ensino, e Ensinar e investigar, um falso dilema ontem? Ensinar e investigar, um falso dilema hoje? Com base neste percurso, seu texto muito instigante, parte da experiência do Filósofo Baruch Espinosa como pesquisador e sua relação com o ensino da filosofia. O segundo texto intitulado, **“Os eixos de organização dos conteúdos e a problematização no Ensino de Filosofia”**, escrito por José Benedito de Almeida Júnior, professor do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia, estrutura-se com base no debate presente em torno do melhor enfoque a ser utilizado nas aulas de filosofia: História da Filosofia, Temas ou Áreas da Filosofia? O terceiro texto, intitulado, **“Didáticas, metodologias e experiências a respeito do ensino de Filosofia no ensino médio”**, escrito por Armando Girotti, pesquisador e professor de Filosofia na Universidade de Pádua (Università degli Studi di Padova) – Itália, estrutura-se sobre os métodos e conteúdos a serem ensinados nas aulas de Filosofia das escolas de ensino secundário. Deste debate, advêm questões metodológicas e remete o leitor a pensar nos fundamentos e significados da própria docência. Além disto, o seu texto avança nas questões ainda hoje complexas, que também pairam nos documentos das Orientações Curriculares Nacionais do Brasil: quais são de fato as competências necessárias aos estudantes de Filosofia, no final do ensino médio? Assim, seu artigo indica também aspectos relevantes quanto à avaliação da aprendizagem dos estudantes. O quarto texto, intitulado **“Ensinar Filosofia com os ‘bons livros’ como prática de resistência”**, escrito por Roberto Rondon, professor da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, estrutura-se com base no desafio de levar os alunos ao universo da leitura e do livro, como prática de resistência cultural e assim serem capazes de formarem seus valores e princípios e de se problematizarem e conhecerem outros universos de experiências. O quinto texto, intitulado **“Investigación sobre la enseñanza de la Filosofía”**, escrito por Marisa Bertolini, professora e pesquisadora do Instituto de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores e professora de didática no Instituto Universitário do Conselho Latino-Americano de Economia Humana no Uruguai, estrutura-se pelas experiências e pesquisas em conjunto com a professora Isabel González e o professor Mauricio Langon sobre as aulas de filosofia no ensino médio daquele país, mediante técnicas de grupos de discussão, entrevistas e histórias de aprendizagem. O sexto texto, **“Saberes**

necessários a um educador-pesquisador-filósofo”, escrito por Leoni Maria Padilha Henning, professora do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina, estrutura-se com base nas reflexões em torno do significado do ensino de filosofia no contexto educacional. Nesta perspectiva a autora mergulha na discussão dos aspectos que rondam o universo daqueles especialistas na filosofia que ao longo do tempo tem se ocupado em seus gabinetes de pensar caminhos, talvez fórmulas para o ensino, distanciando-se da realidade vivida e compreendida tanto no mundo do trabalho, assim como das demandas que atualmente se impõe sobre a juventude. O sétimo texto, intitulado **“El curso filosófico: supuestos y posibilidades”**, escrito por Alejandro Cerletti, professor e pesquisador da Universidade de Buenos Aires e da Universidade Nacional de General Sarmiento, estrutura-se pela perspectiva da formação docente e da concepção de filosofia que muitas vezes se adota nas aulas de filosofia.

E para encerrar este Dossiê, realizei uma entrevista com o professor José Maria da Silva Rosa, que é professor de Filosofia, no curso de Graduação em Filosofia e no Mestrado em Ensino de Filosofia na Universidade da Beira Interior – Covilhã – Portugal, que nos brinda com um panorama sobre o ensino de Filosofia em Portugal, na Europa e na África.

Desta forma, espero poder contribuir para socializar estas experiências e aprofundar os temas deste importante debate, que é claro, agora o estendemos a cada leitor/a deste Dossiê.

Celso João Carminati
Organizador do Dossiê